

## **A análise do discurso das instituições: propostas para os estudos de género**

*João Manuel de Oliveira*<sup>256</sup>  
*Lígia Amâncio*<sup>257</sup>

### **Resumo**

Este texto privilegia a dimensão metodológica e epistemológica da análise do discurso nos estudos de género. Apresentaremos aqui um método de análise que visa interpretar produções discursivas e os seus efeitos. A análise do discurso tem sido frequentemente utilizada no âmbito dos estudos de género e da psicologia social, apesar da sua disseminação noutras ciências sociais, como a antropologia e a sociologia. Portugal não é excepção neste aspecto. Iniciando com uma exposição sobre o lugar da análise do discurso nos estudos de género, passaremos a uma apresentação desta metodologia e algumas das formas como pode ser utilizada. Atribuiremos particular importância ao discurso das instituições e ao lugar que a análise do discurso pode assumir na desconstrução e interpretação da sua produção discursiva.

### **O lugar do discurso nos estudos de género**

Com a rejeição das grandes narrativas de legitimação, características modernidade, o pós-modernismo criticou o reducionismo das abordagens mais positivistas e enfatizou a co-existência de uma multiplicidade de modos de vida dependentes mais da situação, do que de regras universais (Nogueira 2001a; Lyotard 1989). É no quadro desta perspectiva crítica e reflexiva, que a análise do discurso começou a assumir um certo protagonismo.

Nos estudos de género, o impacto das ideias pós-modernistas, da renovação e crítica das práticas e reflexões também chega desde logo. O pós-feminismo inaugura uma série de reflexões teóricas, nomeadamente de crítica à ciência e à própria modernidade, que assumem um papel de destaque dentro do movimento pós-modernista.

A questão da construção do conceito de género e dos usos que a ciência fez/faz do conceito tornou-se uma questão central deste debate (Amâncio 2001). De acordo com Collin (1991), é com o conceito de género que se introduz a lógica anti-diferencialista, a crítica do androcentrismo e a ruptura com o senso comum nas ciências sociais, no que toca às questões do masculino e do feminino. A lógica do género é pois uma lógica disruptiva das divisões sociais, precisamente pela sua capacidade de fomentar a reflexividade sobre estas questões, em vez de assumir pressupostos imbuídos das biologizações, com que o pensamento social trata estas questões (Guillaumin 1991).

É com o pós-modernismo feminista que mais nos aproximamos desta lógica disruptiva do género. Este movimento científico, politicamente impli-

---

<sup>256</sup> Centro de Investigação e de Intervenção Social/ISCTE (joao.oliveira@iscte.pt).

<sup>257</sup> Departamento de Psicologia Social e Organizacional/ISCTE (ligia.amancio@iscte.pt).

cado (Nogueira 2001a), que está ligado ao feminismo da 3.<sup>a</sup> Vaga (Kaplan 1992), assenta na problematização crítica das noções convencionalmente assumidas, como género, feminino, masculino, homens, mulheres. O género é visto como um discurso, como uma maneira de suscitar a diferenciação e tem um carácter performativo (Butler 1990). O género é entendido como algo que se vai construindo e problematizando, sendo que performances de género mais radicais apresentam um carácter mais libertário.<sup>258</sup> Diferença, socialmente construída, inscrita no corpo, incorporada, que tende a legitimar as divisões androcêntricas do mundo,<sup>259</sup> o género é assim visto como um fenómeno transversal a todos os outros, que se liga a outras categorias sociais para produzir sub-categorias mais complexas. O discurso sobre a “mulher” é também alvo de crítica porque permite iludir outras diferenciações como as culturais, as religiosas e as de orientação sexual, tendendo a homogeneizar as mulheres numa categoria única. Eclodem assim os feminismos mais contextualizados, como sejam o feminismo negro (Hooks 1981), o feminismo lésbico, o feminismo islâmico, entre outros.

Paralelamente a articulação das problemáticas feministas com outras questões transversais origina espaços alternativos de reflexão como sejam o ecofeminismo (Ferry 1993) – que liga a opressão feminina à dominação da natureza- ou o cyberfeminismo (Haraway 1991) – preocupado em ultrapassar as dicotomias homem-mulher, natureza-cultura, mecânico-orgânico, trazendo a tecnologia e os híbridos que esta produz para o centro do debate. Ou seja, começa a problematizar-se o sujeito mulher.

A riqueza desta problematização não implica um obscurecimento dos problemas que levanta (Nogueira 2001a), como é o caso dos problemas com o relativismo ético; a fragmentação da identidade “mulheres” em categorias cruzadas (mulheres negras; mulheres lésbicas, etc.), que pode enfraquecer politicamente o movimento pela igualdade; a descredibilização de uma ciência politicamente implicada que pode não ser entendida pelo senso comum; o subjectivismo e ideologismo, que podem retirar a importância aos estudos de género junto da comunidade científica.

É no seio do pós-feminismo que podemos enquadrar a análise do discurso (Wilkinson 2000), dado que, no plano metodológico, estas formas de pensar a ciência implicam o uso de metodologias qualitativas, que permitam evidenciar as construções discursivas de poder, do género e do patriarcado e os seus efeitos. Pois é precisamente essa, umas das potencialidades da análise do discurso nos estudos de género.

---

<sup>258</sup> É de mencionar que o conceito das performances de género parece desligar o género das ideologias dominantes e das representações hegemónicas, o que enfraquece a dimensão societal, ideológica e perversiva do género.

<sup>259</sup> Relembrando aqui a perspectiva de Bourdieu (1998) sobre o género e as relações de dominação entre os sexos.

## Análise do discurso como método e teoria do método

É no quadro da confrontação entre diferentes abordagens à produção do conhecimento científico, que a análise do discurso ganha um lugar de destaque como método e simultaneamente como teoria do método.<sup>260</sup>

Em meados dos anos 60, surgem intensos debates, nomeadamente na psicologia social, sobre a forma como o conhecimento era produzido no interior da disciplina (Nogueira 2001b). É no quadro desses debates, que se começa a delinear uma nova posição, mais crítica dos pressupostos de uma ciência excessivamente assente no uso de métodos experimentais e que buscava uma verdade objectiva, neutra e isenta. Essa nova abordagem (Nogueira 2001a) começou por ser teorizada por Gergen (1985) no âmbito da psicologia social: o construcionismo social.

Castro (2002) sumariza algumas características do construcionismo, assente na sistematização de Burr (1995) e Gergen (1985):

a) Anti-realismo e anti-essencialismo: “Uma das principais características do Construcionismo social é a ideia de que não é possível ver a realidade sem qualquer lente, ou que não é possível ter acesso directo aos factos em si. Dito de outra forma, não é possível ver sem uma teoria” (Castro 2002: 72).

b) Especificidade cultural do conhecimento e postura crítica: O Construcionismo social evidencia o papel estruturante da cultura na organização do conhecimento. Assim criticam-se as perspectivas universalizantes (e não, universais como pretendem ser), que não tomam em conta a cultura na qual se inserem.

c) A linguagem como pré-condição do pensamento e forma de acção social: “os termos em que o mundo é entendido são artefactos sociais, produto de trocas, historicamente situadas, entre as pessoas” (Gergen 1985: 267). Os termos a que Gergen se refere são os discursos, a unidade de análise privilegiada no Construcionismo social. Já não são as cognições, nem os comportamentos que constituem o objecto privilegiado de estudo da psicologia social, é o discurso que se constitui como objecto de análise da psicologia social.

É, precisamente esse, um dos eixos que distingue o construcionismo social<sup>261</sup> das restantes correntes da psicologia social (Castro 2002): a focalização nos discursos, e não na actividade cognitiva, que aliada à tónica na construção social, em vez do ênfase na construção individual, permite diferenciar as perspectivas discursivas das restantes formas de pensar a psicologia social.

Continuando com uma perspectiva histórica da análise do discurso, é importante mencionar a forte aderência, que se verificou na comunidade científica anglo-saxónica (com a excepção dos Estados Unidos), às ideias do construcionismo (Burr 1995) e na criação de modelos de análise que configuram uma psicologia social discursiva.

Assim, no Reino Unido, surge uma das principais referências nesta área, a obra de Potter e Wetherell (1987), que inaugura o campo dos chamados

---

<sup>260</sup> Para duas referências fundamentais sobre a análise do discurso, em português, veja-se Nogueira (2001) e Paula Castro (2002). A obra de Conceição Nogueira refere-se precisamente à análise de discurso e às relações sociais de género. V.g. também a contribuição de António Marques, neste volume.

<sup>261</sup> Apesar da autora utilizar o termo “Psicologia Discursiva”, admitimos a integração do construcionismo neste paradigma.

Reportórios Interpretativos. A grande influência teórica sobre esta corrente foi o trabalho da sociologia do conhecimento científico (nomeadamente, Mulkay e Gilbert 1985), que vê nas actividades científicas mais como processos a serem explicados do que descobertas a serem celebradas. Por exemplo, os cientistas falam sobre o que fazem de forma contraditória (Mulkay e Gilbert 1985). Uma análise do discurso evidencia as formas contrastantes de explicar o fenómeno. Os investigadores desta tradição chamam a estas formas contrastantes, reportórios interpretativos. Potter e Wetherell (1987: 149) definem o conceito como: “sistemas de termos, recorrentemente utilizados para caracterizar e avaliar acções, acontecimentos e outros fenómenos. Um reportório (...) é constituído por um número limitado de termos usados em construções estilísticas e gramaticais particulares.” Esta linha da análise do discurso tem sido mais aceite na psicologia social, pois a análise do discurso está contido nas categorias tradicionais da psicologia, apesar desta linha relativizar esses mesmos conceitos que a psicologia mainstream gosta de ver como essencialistas e imutáveis. Este modelo restringe a análise do discurso ao próprio texto em vez de a localizar no plano das práticas discursivas mais alargadas. Em consequência muita da investigação nesta tradição é essencialmente descritiva e utiliza as técnicas da micro-sociologia para tornar a descrição mais objectiva, sendo considerada menos crítica dos discursos político-ideológicos da psicologia.

A ausência das relações de poder na definição do reportório interpretativo, a perspectiva relativamente apolítica (criticada por Nogueira 2001a e Parker 1996) e a rejeição do uso grupal dos reportórios, são críticas que nos parecem centrais a esta abordagem.

Contudo, no plano metodológico, Potter e Wetherell (1987), apresentam uma série de etapas para realizar análise do discurso,<sup>262</sup> que no nosso entender, podem ser muito úteis na aplicação do método:

1 - Formulação de questões de investigação: Esta fase refere-se ao enunciar das questões orientadoras da análise.

2 - Selecção da amostra: A escolha da amostra de discursos a analisar deverá ter em conta que a amostra não pode ser muito grande, sob pena do estudo se estender por um longo prazo de tempo.

3 - Recolha de documentação que informe as fontes: As fontes deverão estar o mais informadas possível. Deve ser recolhida a documentação que nos esclareça sobre as condições de produção do discurso, para que tenhamos informação sobre tudo o que envolve as nossas fontes.

4 - Entrevistas e transcrição: No texto original (Potter e Wetherell 1987), estas entrevistas referem-se à recolha da informação que vai ser alvo da análise do discurso.

5 - Codificação Inicial: Nesta fase, procede-se a uma pequena análise de conteúdo, no sentido de obter as categorias principais expressas nos textos. Estas categorias têm apenas como função facilitar a análise do discurso.

6 - Análise do Discurso: Esta é a fase principal da análise. Nesta fase tentam detectar-se as regularidades do texto, bem como as suas inconsistências. Procura-se formular hipóteses que passem a orientar a análise. Essas hipóteses

---

<sup>262</sup> Apesar da sempre afirmada dificuldade em utilizar receitas para fazer análise do discurso.

terão de ser suportadas por evidências do discurso. O conselho que Potter e Wetherell (1987) dão para esta fase é ler exaustivamente, ler, reler, reler!

7 - Validação (ver quadro n.º 2)

Quadro 1- Etapas da análise do discurso, segundo Potter e Wetherell (1987)

Uma das grandes críticas apontadas aos estudos qualitativos é a questão da confiança nos seus resultados. Gill (2002) apresenta 4 critérios para garantir a qualidade da investigação na análise do discurso:

**Análise dos casos desviantes:** Corresponde, a tomar em consideração na análise, casos que eventualmente possam fugir à lógica analítica. Este procedimento permite sofisticar a análise, enriquecê-la ou até mesmo abandoná-la por uma que melhor ligue os textos aos contextos.

**Entendimentos dos participantes:** Pode assumir a forma de devolver a análise aos participantes para verificar se eles se sentem retratados naquela imagem, quando apropriado.

**Coerência:** Verificar se a nossa proposta se pode enquadrar em literatura anterior e se ela apresenta coerência do ponto de vista formal. É facilitado com a auditoria académica (mostrar todo o percurso analítico a outro cientista, com expertise nessa área).

**Avaliação dos leitores:** Implica a reprodução de excertos extensos que facilitem a interpretação da análise

Quadro n.º 2 – A avaliação da qualidade na análise do discurso (adaptado de Gill 2002)

Necessariamente, este controlo de qualidade tem um carácter interpretativo e pode implicar a participação dos/as investigadores/as em equipas, prática relativamente corrente na análise do discurso.

## **A análise do discurso das instituições: os lugares do género**

Conforme vimos até aqui, a análise do discurso está muito centrada no discurso produzido por indivíduos. Mas e o lugar das instituições? Como é evidente, as instituições são marcadas pelo género. O género não existe só no plano das relações interpessoais. Como afirmou Acker (1990), as organizações são generizadas. Ou seja, fornecem imagens, discursos e concretizam práticas que implicam uma concepção, um tratamento e um discurso diferenciado para homens e para mulheres. Daí parecer-nos pertinente a proposta de Connell (2002) em distinguir entre ordens e regimes de género. Os regimes de género constituem os padrões e arranjos de género dentro de uma instituição ou organização social. Estes regimes de género inscrevem-se numa estrutura mais alargada, disseminada e difundida a toda uma sociedade, a ordem de género.

Para entender o regime de género numa instituição, podemos utilizar, por exemplo, uma análise do discurso institucional sobre homens e mulheres, suas diferenças e semelhanças. Contudo, utilizando os reportórios interpretativos iríamos obter essencialmente conjuntos de termos utilizados para descrever homens e mulheres e práticas e efeitos desse discurso. Faltam pois considerar as questões da construção do poder e das ideologias, que se encontram, se tomarmos em consideração os padrões mais alargados da produção do discurso.

so e das ideologias. É tomando em consideração estas críticas, que surgiu a chamada análise do discurso pós-estruturalista (Parker 1996; Nogueira 2001a; Castro 2002).

Esta abordagem assenta na obra de Foucault (v.g. particularmente 1972, 1975, 1976). Nas suas várias obras, o autor procede a uma arqueologia da cultura e uma genealogia do conhecimento mostrando a maneira como os fenómenos que a psicologia assume como tais se tornaram objectos de estudo da mesma psicologia (Parker 1996). O bocado mais inocente da cultura consumista pode auxiliar-nos a compreender os arranjos do poder, da ideologia e das formas de subjectividade numa sociedade, se nos questionarmos acerca das condições discursivas que os tornaram possíveis. Analistas do discurso pós-estruturalistas iriam olhar de seguida para a maneira como os discursos constituem fenómenos particulares, os elaboram, naturalizando-os e encorajando-nos a tomá-los como garantidos (Parker 1996).

O poder é aqui encarado num sentido amplo, considerando as suas possibilidades de legitimação como saber, o seu carácter insidioso e difuso, manifesto ou implícito na linguagem, abrindo as possibilidades para sua internalização como auto-vigilância e controlo,<sup>263</sup> mas mantendo possibilidades de resistência (Foucault 1975). Este registo analítico reveste-se de um carácter político, pois a desconstrução do discurso reveste-se de implicação política e o posicionamento do/a analista deve ser tomado em linha de conta, porque se irá reflectir na análise.

Neste âmbito, a análise do discurso das instituições pode ser particularmente fecunda para evidenciar a maneira como o género é institucionalizado e tratado pelas instituições.

Num estudo recente (Oliveira 2002), em que analisámos o discurso da Igreja Católica Romana sobre o aborto, nos documentos emitidos pelo Santa Sé entre 1968 e 2002 sobre o tema, disponíveis na Internet em [www.vatican.va](http://www.vatican.va), procurámos perceber a forma como nestes textos eram construídos os temas do aborto, do feto e das mulheres e de que modo estas concepções se traduzem em orientações concretas para a acção política.

Apresentamos, pois, algumas das nossas conclusões.

A ilicitude do aborto é reiterada, desde 1968, norma que é legitimada pelo conceito de vida e ancorada na ideia de que o aborto é um crime contra a vida. Mas de que vida nos fala a Igreja?

“Desde o momento em que o óvulo é fertilizado, começa uma nova vida, que não pertence nem ao pai nem à mãe, é em vez disso, a vida de um novo ser humano com um crescimento próprio. Nunca seria humano se não fosse humano desde o princípio” *Declaration on procured abortion*, p. 3.<sup>264</sup> (tradução nossa)

Ou seja, a vida é aqui entendida de forma a englobar o embrião, tornando-o humano. Esta estratégia de humanização do feto usa o recurso de estilo da personificação, atribuindo características de pessoa ao ser em questão. Do ponto de vista do início da vida humana, esta começa no momento da fecundação. Esta estratégia discursiva permite legitimar a ideia do aborto como um

---

<sup>263</sup> Relembramos aqui a célebre metáfora do panóptico de Bentham, que Foucault (1975) utiliza para caracterizar os sistemas penais e sua internalização.

<sup>264</sup> *Declaration on procured abortion* (1974), emitida pela Congregação para a Doutrina da Fé.

crime contra a vida, assimilável ao assassínio, e também condenar o uso de contraceptivos:

“a interrupção directa do processo generativo, já iniciado, e acima de tudo, o aborto desejado e voluntário são absolutamente excluídos como meios lícitos de regulação dos nascimentos” *Humanae Vitae*,<sup>265</sup> p. 5.

Qualquer interrupção deste processo generativo é tida como ilícita. Nomeadamente no caso do aborto voluntário e desejado. Uma justificação teológica para esta interdição é que apenas Deus tem o direito de tirar a vida.

Qual é o efeito da atribuição da humanidade ao feto? Politicamente consiste na atribuição de direitos humanos ao mesmo. Mas que tipo de direitos humanos? Não os que estão consagrados na ordem constitucional ou jurídica, definidos tendo por base critérios legais. Estes direitos humanos são universais, transcendentais e inatos,<sup>266</sup> inerentes à própria natureza humana e definidos por Deus como sagrados, sendo que o Direito à Vida é um dos mais citados. Como é definida a vida? Primeiro é encarada como valor/direito humano e ao mesmo tempo como sagrada. É definida temporalmente desde a concepção até à morte natural. Esta definição impossibilita pois o recurso ao aborto e à eutanásia.

E sobre as mulheres (sistematicamente tratadas funcionalmente como mães)? Existe um certo silêncio em relação ao papel das mães nestes documentos. Mas se atentarmos no argumentário utilizado na “Declaration on procured abortion” emitido pela Congregação para a Doutrina da Fé, podemos perceber as dinâmicas deste tema aparentemente ausente, mas implicitamente presente. Neste documento a Igreja reitera a sua posição de total repúdio pelo aborto. E discute as posições defendidas pelo chamado movimento pró-escolha. Assim resume os argumentos do movimento pró-escolha para legitimar a licitude do aborto, e afirma que nem nestas condições o aborto é legítimo:

- 1 - Risco para a saúde da mãe
- 2 - Dificuldades económicas
- 3 - Mal-formação do feto
- 4 - Gravidez resultante de violação
- 5 - Infelicidade futura para a criança

Se mesmo nestas condições o aborto não é legítimo, sem ter em conta as consequências sobre as mulheres, podemos inferir que:

O direito de viver da mãe tem o mesmo (ou até menos) valor do que o direito à vida do feto.

As mães são vistas essencialmente como meras portadoras de fetos, aquando da gravidez.

As mães estão despojadas de autonomia sobre a decisão da maternidade; em vez de sujeitos autónomos, tornam-se objectos

Estamos perante um modelo sacrificial de maternidade: ser mãe a todo o custo, mesmo em caso de risco de vida. Este modelo de maternidade é um

---

<sup>265</sup> Encíclica *Humanae Vitae*, do Papa Paulo VI (1968)

<sup>266</sup> “A vida humana desde a concepção até à morte natural é sagrada; os direitos humanos são inatos e transcendem qualquer ordem constitucional” *Message to the UN Population Fund*, p. 1.

modelo essencialmente corporal, assente na biologia e privilegia uma dimensão de sacrifício (físico, se necessário) em prol da segurança e bem estar do feto. É uma maternidade forçada, não assentando na ideia da maternidade como uma relação ou um projecto de vida.

Este é o plano dos efeitos do discurso, em que assumindo que se a instituição não admite estas excepções, é legítimo pensar nas consequências destas para as mulheres.

Esta análise permite demonstrar que o conceito de vida é meramente físico, existencial e não se aplica às mulheres, visto que pela sua privação da autonomia e da auto-determinação em prol de um feto humanizado, elas acabam por perder o estatuto de sujeito e de agente e passam a ser consideradas como meros habitats orgânicos para os fetos. A par da humanização dos fetos, objectificam-se e naturalizam-se as mulheres, funcionalmente vistas como mães. Estas conclusões permitem-nos ilustrar o processo de generização dos discursos institucionais, até porque o discurso é voltado para as mulheres-mães. Este discurso posiciona-as pois numa posição de alteridade (de Beauvoir 1949), numa eterna proximidade com o orgânico, com a natureza.<sup>267</sup>

Conforme esperamos ter demonstrado, a análise do discurso permite desconstruir e desmontar os regimes de género postos em prática nas instituições e ao mesmo tempo, oferece formas de conceptualizar o discurso, analisando as suas lógicas e os seus efeitos, relacionando os regimes com a ordem do género.

Parece-nos pois fundamental, enquanto método e teoria do método, para os estudos de género, dada a sua capacidade de descortinar e desmontar ideologias, explícitos e implícitos, palavras e silêncios.

## Bibliografia

- Acker, J. (1990), “Hierarchies, jobs, bodies: theory of gendered organizations”. *Gender and Society*, 4: 139-158
- Amâncio, L. (2001), “O género na psicologia: uma história de desencontros e rupturas”. *Psicologia*, 15: 9-26.
- Beauvoir, S. de (1949), *O Segundo Sexo*. Lisboa: Bertrand.
- Bourdieu, P. (1998), *La domination masculine*. Paris: Seuil.
- Burr, V. (1995), *Introduction to social constructionism*. London: Routledge.
- Butler, J. (1990), *Gender Trouble: feminism and the subversion of identity*. New York: Routledge.
- Castro, P. (2002), *Natureza, ciência e retórica na construção social da ideia de ambiente*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Collin, F. (1991), “Diferença e Diferendo: a questão das mulheres na filosofia”. In G. Duby e M. Perrot (eds.), *História das Mulheres*. Porto: Afrontamento. 5.º vol.
- Connell, R. (2002), *Gender*. Cambridge: Polity Press.
- Ferry, L. (1993). *A nova ordem ecológica*. Lisboa: Asa.

---

<sup>267</sup> “Mas a natureza não se pode mudar. Nem se pode abrir uma excepção para as mulheres, tal como os homens, do que a natureza exige delas.” (Declaration on procured abortion, p. 4).



- Foucault, M. (1972), *The Archaeology of knowledge*. New York: Pantheon.
- Foucault, M. (1977 [1975]), *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes.
- Foucault, M. (1994 [1976]), *História da Sexualidade*. Lisboa: Relógio d'Água.
- Gergen, K. (1985), “The social constructionist movement in modern psychology”. *American Psychologist*, 40: 266-275.
- Gill, R. (2002), “Análise do discurso”. In M. W. Bauer e G. Gaskell (eds.), *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som – um manual prático*. Petrópolis: Vozes.
- Guillaumin, C. (1992), *Sexe, race et pratique du pouvoir*. Paris: Coté-Femmes.
- Haraway, D. (1991), “A Cyborg Manifesto: Science, Technology, and Socialist-Feminism in the Late Twentieth Century”. In D. Haraway (ed.), *Simians, Cyborgs e Women, The Reinvention of Nature*. New York: Routledge.
- Harding, S. (1986), *The science question in feminism*. Ithaca: Cornell University Press.
- Hooks, B. (1981), *Ain't I a woman? Black women and feminism*. New York: South End Press.
- Kaplan, G. (1992), *Contemporary Western European Feminism*. New York: New York University Press.
- Mulkay, M. e Gilbert, G. (1984), “Opening Pandora’s Box: a case for developing a new approach to the analysis of theory choice in science”. *Knowledge and Society*, 5: 113-139.
- Nogueira, C. (2001a), *Um novo olhar sobre as relações sociais de género: Feminismo e perspectiva crítica na psicologia social*. Lisboa: Fundação Gulbenkian.
- Nogueira, C. (2001b), “Construcionismo social, discurso e género”. *Psicologia*, XV, 1: 43-65.
- Oliveira, J. M. (2002), *O Evangelho da Vida: Representações sociais do aborto no discurso da Igreja Católica Romana*, dissertação de Mestrado em Psicologia Social e Organizacional. Lisboa: ISCTE.
- Parker, I. (1996), “Discursive Psychology”. In D. Fox e I. Prilleltensky (eds.), *Critical Psychology: an introduction*. London: Sage.
- Potter, J. e Wetherell, M. (1987), *Discourse and Social Psychology: Beyond attitudes and behaviour*. London: Sage.
- Tajfel, H. (1981), *Grupos Humanos e Categorias Sociais*. Lisboa: Horizonte.
- Unger, R. K. (1979), “Towards a redefinition of sex and gender”. *American Psychologist*, 34: 1085-1094.
- Wilkinson, S. (2001), “Theoretical perspectives on women and gender”. In R. K. Unger ed., *Handbook of the Psychology of Women and Gender*. New York: Wiley.